

CEDI - P. I. B.  
DATA 06/10/88  
COD 54000057

PASTA 08

PARECER Nº 020/3ªSC/86

PROJETO CALIA NORTE - ARTIGOS PUBLICADOS NA  
IMPrensa.

PARECER Nº 020/34SC/86

Projeto Calha Norte - artigos publicados na Imprensa

Í N D I C E

1. ASSUNTO . . . . .	F1 1
2. ORIGEM . . . . .	1
3. DADOS CONHECIDOS . . . . .	1
4. APRECIACÃO	
a. Assuntos não esclarecidos . . . . .	1
b. Reação da Igreja Católica . . . . .	2
5. PARECER . . . . .	3

A N E X O

Textos publicados na imprensa.

PARECER Nº 020/3ªSC/86

1. ASSUNTO

Projeto Calha Norte - artigos publicados na imprensa.

2. ORIGEM

Gabinete da SG/CSN.

3. DADOS CONHECIDOS

- Parecer nº 019/3ªSC/86, de 31 Out 86.
- Textos publicados na imprensa (Anexo 1).

4. APRECIÇÃO

a. Assuntos não esclarecidos

Considerando neste tópico, não são os assuntos não abordados pela imprensa, como os abordados de forma incorreta ou incompleta, observa-se o seguinte:

1) Política Indigenista

— o apoio à política indigenista foi perfeitamente avaliado no Projeto Calha Norte pois, além dos Projetos Especiais da FUNAI, foi concebida sua integração ao Plano de Desenvolvimento da Amazônia, onde tal assunto é abordado de maneira prioritária.

— nos Projetos Especiais, propostos pela FUNAI, podemos citar:

- a) Fortalecimento dos postos indígenas (35).
- b) Criação de unidades descentralizadas (administrações regionais).
- c) Estudos para delimitação e demarcação de áreas indígenas.
- d) Apoio a Projetos de Desenvolvimento Comunitário.
- e) Incentivo ao artesanato.
- f) Construção de campos de pouso (11).

## 2) Articulação Militar

A considerada "ocupação militar da Amazônia" nada mais é do que a criação de oito Pelotões de Fronteira cuja função principal, além da constitucional do Exército, é voltada para propiciar as bases indispensáveis à melhoria da qualidade de vida das populações civis que vierem a se instalar na Faixa de Fronteira. Esses Pelotões representam ao todo cerca de 400 a 500 militares, número insignificante para a vastidão da região.

### b. Reação da Igreja Católica

Alguns setores da Igreja Católica (CIMI e CNBB) manifestaram-se a respeito do assunto e o fizeram de maneira parcial e tendenciosa.

Da análise, dos diferentes artigos veiculados, pode-se extrair:

#### 1) "Militarização da Amazônia"

Dentre as oito necessidades básicas da região (já amplamente difundidas pela Imprensa) apenas a de "aumentar a presença brasileira" foi concebida para ser atendida, numa primeira fase, com a instalação de unidades militares (Pelotões de Fronteira), que serviriam de apoio aos passos seguintes, por contarem com melhor infra-estrutura logística para a implementação inicial naquela vazia e inóspita região.

É ridículo imaginar que oito Pelotões, numa faixa de 6.500 km de extensão, façam parte de um projeto de militarizar a Amazônia.

#### 2) "Extermínio dos povos indígenas"

A preocupação de ampliar a ação tradicional da FUNAI (descrita anteriormente) somente pode ser analisada como exterminadora se o Conselho Indigenista Missionário atribui ao Governo Federal sem qualquer respaldo intencões genocidas.

#### 3) "Teoria da razoabilidade"

Quanto às restrições à demarcação indiscriminada de áreas indígenas na Faixa de Fronteira, apesar de não serem citadas no

Projeto Calha Norte, deve-se lembrar que as razões do Estado devem se colocar acima das razões das minorias que o compõe, ainda que caiba sempre a compatibilização de interesses, através do diálogo e apoiada em argumentos sólidos.

Não existe por parte do Governo Federal nenhum "index prohibitorum", nem qualquer dogma, que impeça a discussão do assunto.

4) "Caráter autoritário, imperialista e paranóico"

Talvez estas definições caibam a quem defende a idéia da existência de uma sociedade paralela à Sociedade Nacional.

A busca da Integração Social não é autoritária, a manutenção da Integridade Territorial de seu próprio território, não é imperialista e a intenção de levar o bem-estar social a todos os brasileiros não pode ser chamada de paranóica.

5) "Viabilização de grandes investimentos"

Quem, de fato, conhece as carências da Região Amazônica sabe que um Projeto, rico em intenções, porém com recursos da ordem de Cz\$ 1 bilhão (para aplicação em quatro anos), não é capaz de por si só viabilizar grandes empreendimentos.

No entanto, se com este conceito o CIMI deseja insinuar que a oferta de melhores condições de vida propiciará o desenvolvimento econômico daquela vasta região, podemos dizer que a interpretação está correta e extremamente feliz será o seu criador se as intenções se transformarem em realidade.

5. PARECER

Esta Subchefia é de parecer que:

a. Deverão ser esclarecidos, à opinião pública, os assuntos abordados no item 4a, porém de maneira informal, e não através de Nota Oficial.

b. Não deverão nesta oportunidade ser respondidos diretamente os ataques do CIMI ao Projeto Calha Norte a menos que a via

judicial seja julgada pertinente, considerando tratar-se de entidade basicamente dirigida por estrangeiros, que é contumaz em criticar ações governamentais ligadas à Segurança Nacional.

# Cimi condena projeto de militarizar Amazônia

Bispo diz que decisão "autoritária e paranóica" é o golpe final para exterminar os índios

"O Projeto Calha Norte revela um caráter autoritário, imperialista e paranóico das concepções que o fundamentam". A afirmação é do presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom Erwin Krautler, bispo do Xingu (AM). Ele classificou o chamado Projeto Calha Norte — que visa o "desenvolvimento e segurança na Região Norte das Calhas dos rios Solimões e Amazonas" — e o "golpe final em direção ao extermínio dos povos indígenas do Norte do Brasil".

Dom Erwin disse que desde junho o Cimi vem denunciando as dificuldades colocadas por setores do Governo, especialmente o Conselho de Segurança Nacional, à demarcação de áreas indígenas, principalmente na Amazônia. Lembrou também que já se denunciou a existência de planos de desenvolvimento secretos para a região, dos quais só se conheciam os nomes: 1º Plano de Desenvolvimento da Amazônia e Projeto Calha Norte.

"Mas agora", lamentou o presidente do Cimi, "as denúncias revelam-se tragicamente consistentes". Já que vazou o conteúdo do projeto. Segundo estes dados, explicou dom Erwin, "o Conselho de Segurança Nacional não pretende demarcar áreas indígenas nos seguintes casos: em faixa de fronteira; quando se tratar de áreas demasiado extensas; áreas próximas a cidades e áreas cortadas por estradas federais ou por rios".

De acordo com estes critérios, disse o presidente do Cimi, o presidente José Sarney e os ministros Ronaldo Costa Couto, do Interior e Dante de Oliveira,

(Reforma Agrária), ao assinarem o decreto nº 93.148, de 20 de agosto deste ano, homologando a demarcação da terra dos índios Gavião, no Pará, "subtraíram do território tribal, através do artigo 3º, as faixas de terra correspondentes à linha de transmissão da Eletronorte, à estrada de ferro Carajás e à rodovia BR-222".

Denunciou também que estão sendo construídos três aeroportos nos territórios dos índios Baniwa, Tucano e Yanomani e duas vilas miliares nas regiões de Cucui e Blencourt, onde vivem grupos indígenas. Para o Cimi, toda a concepção do Projeto Calha Norte orienta-se no sentido da "viabilização de grandes investimentos na Amazônia e da ocupação militar da região".

Quanto ao problema da demarcação das terras indígenas, dom Erwin Krautler lembrou que a legislação atualmente em vigor nada opõe que se façam demarcações em faixas de fronteira, que são inclusive "exigência legal e constitucional". Na prática, lamentou, "as demarcações estão totalmente paralisadas na fronteira".

— Esta é, enfim, a "nova política indigenista da Nova República, destinada a consumir velha aspiração dos setores mais retrógrados do País: a extinção das comunidades indígenas e a liberação definitiva de suas terras em benefício da especulação ou da exploração predatória — afirmou o presidente do Cimi. Para ele, "infelizmente a Nova República, em termos de política indigenista oficial, não mudou nada do que era praticado na época da ditadura".

## Itamaraty desmente plano de ocupação militar da Amazônia

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O chefe da divisão de América Meridional II do Itamaraty, conselheiro José Antônio Macedo Soares, afirmou ontem, ao comentar a divulgação pela imprensa do projeto Calha Norte — que visa aumentar a presença brasileira na área de fronteira da Amazônia legal —, que "não se pode falar em ocupação militar na Amazônia com a destinação de 400 ou 500 homens para postos de fronteira de uma região que tem cerca de quatro vezes a extensão da França". Segundo ele, o projeto nada tem de sigiloso, já que os recursos a ele destinados estão publicados no Diário Oficial.

Macedo Soares afirmou que o projeto é de "natureza doméstica" e que "não toca nos interesses dos outros países". Segundo ele, Calha Norte atende a objetivos de ocupar demograficamente a área, as fronteiras da região amazônica, que hoje "estão sendo vitrificadas em moldes negativos", como o tráfico de drogas, con-

trabando de peles, exploração predatória de madeira e guerrilha.

O secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional e chefe do Gabinete Militar, ministro Bayma Denys, garantiu ontem que a intenção do projeto não é de militarizar a Amazônia, mas aumentar a presença brasileira na área de fronteira da Amazônia legal. Segundo o ministro, sem a força militar não haveria condições de apoiar o desenvolvimento populacional na região. Ele lembrou que Calha Norte prevê inclusive a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai), que demarcará as terras indígenas na área.

Em Brasília, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à CNBB, advertiu ontem que o projeto Calha Norte poderá significar o extermínio de 50 grupos indígenas brasileiros que vivem nessa área. Segundo o Cimi, o programa foi concebido secretamente pelo governo e as populações indígenas não foram ouvidas.

Em 04 Nov 86, o Chefe da DAM-II, do MRE, informou que a matéria publicada na imprensa brasileira recebeu tratamento sensacionalista nas suas congêneres do Peru e da Venezuela.